

## ORIGENS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA CIDADE DE SÃO PAULO: O DEPARTAMENTO DE CULTURA E OS PARQUES INFANTIS DE MÁRIO DE ANDRADE (1935-1938)<sup>1</sup>

Ana Lúcia Goulart de Faria\*

**Resumo** Este trabalho foi extraído da tese de doutorado da autora, intitulada “Direito à Infância: Mário de Andrade e os Parques Infantis para as crianças de família operária da cidade de São Paulo”. Trata-se da criação dos primeiros parques infantis enquanto uma proposta educacional, embora não-escolar, para as crianças paulistanas de 3 a 12 anos. O artigo descreve as origens da rede pública municipal de educação infantil, que foi na época pioneira em garantir o direito à infância, isto é, garantir o direito à brincadeira e à criação da cultura infantil tanto para as crianças pré-escolares de 3 a 6 anos como para aquelas de 7 a 12 anos que frequentavam os parques em horário alternado ao da então escola primária. O poeta Mário de Andrade, diretor e idealizador do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo em 1935, dentre os vários programas propostos para a classe operária, contemplou as crianças pequenas, que foram educadas em contato com a natureza e com a cultura e o folclore brasileiro.

**Palavras-chave:** educação infantil; escola pública de educação infantil; parques infantis; direito à infância; escola municipal de educação infantil.

**Abstract** This paper is based on the author's doctoral dissertation intitled “Right to Infancy: Mário de Andrade and the Playgrounds for children of worker families at the City of São Paulo”. It analyzes the creation of the first playgrounds as a non-formal educational project for city children from 3 to 12 years old. The article describes the origins of the public municipal network of childhood education which was at the time pioneering in guaranteeing the right to infancy, i. e., in assuring the right to play and creation of infantile culture of preschool children from 3 to 6 years old as well as those of 7 to 12 years old who attended the playgrounds in an alternate schedule to that of the then elementary school. The poet Mário de Andrade, director and idealizer of the Department of Culture of the City of São Paulo in 1935, among the several programs proposed for the worker class, contemplated the small children, who were educated in contact with nature and with Brazilian culture and folklore.

**Descriptors:** Childhood education; public school of childhood education; playgrounds; right to infancy; municipal school of childhood education.

Se até no contraste existe harmonia, o conjunto persiste também na reconciliação dos antagonismos (...) Existem forças de antagonismo no interior das forças de adaptação, de acomodação, de assimilação, do mesmo modo que as forças de acomodação existem no interior das forças em conflito e no jogo dos contrastes. Assim, o sociólogo que estuda o Brasil não sabe mais que sistema de conceitos utilizar. Todas as noções que aprendeu nos países europeus ou norte-americanos não valem aqui. O antigo mistura-se com o novo. As épocas históricas emaranham-se umas nas outras. Os mesmos termos como “classe social” ou “dialética histórica” não têm o mesmo significado, não recobrem as mesmas realidades concretas. Seria necessário, em lugar de conceitos rígidos, descobrir noções de certo modo líquidas, capazes de descrever fenômenos de fusão, de ebulição, de interpretação, noções que se modelariam conforme uma realidade viva, em perpétua transformação. O sociólogo que quiser compreender o Brasil não raro precisa transformar-se em poeta (Bastide, 1971, p. 15).

Embora já existisse algum embrião de trabalho cultural na Prefeitura Municipal da cidade de São Paulo, foi na gestão (setembro de 1934 a abril de 1938) do Prefeito Fábio Prado (nomeado pelo então inter-

ventor federal no Estado, Armando de Salles Oliveira) que se deu a criação do

\* Professora da Faculdade de Educação da UNICAMP

Departamento de Cultura e de Recreação, legalmente organizado pelo Ato nº 861, de 30 de maio de 1935. Tal departamento havia sido pretenciosamente planejado para ampliar-se num futuro próximo, em algo que seria o Instituto Paulista de Cultura e o Instituto Brasileiro de Cultura.

Tratava-se de uma idéia que vinha sendo amadurecida por um grupo de jovens amigos que se reunia quase todas as noites no apartamento de Paulo Duarte, na Avenida São João, em São Paulo, entre 1926 e 1931.

Sonhadores, jovens e corajosos, alguns do grupo já haviam provado quem eram: parte deles havia participado da Semana da Arte Moderna de 1922.

Mário de Andrade, um dos principais responsáveis pela Semana, membro desse grupo de amigos, naquela oportunidade tornou-se o Diretor do DC, a convite do então chefe de gabinete do Prefeito, Paulo Duarte. Como idealizadores, alguns deles participaram ativamente da construção e execução desse pioneiro projeto governamental voltado à cultura e ao lazer dos paulistanos, de *todos* os paulistanos, incluindo os habitualmente excluídos, alvo de programas episódicos e/ou dirigidos apenas a interesses "outros": a classe operária e a infância.

Num país como o nosso, em que a cultura infelizmente ainda não é uma necessidade quotidiana de ser, está se aguçando com violência dolorosa o contraste entre uma pequena elite que realmente se cultiva e um povo abichornado em seu rude corpo. Há que forçar um maior entendimento mútuo, um nivelamento geral da cultura que, sem destruir a elite, a torne mais acessível a todos, e em consequência lhe dê uma validade verdadeiramente funcional. Está claro, pois, que o nivelamento não poderá consistir em cortar o tope ensolarado das elites, mas em provocar com

atividade o erguimento das partes que estão na sombra, pondo-as em condição de receber mais luz. *Tarefa que compete aos governos* (carta de MA para Paulo Duarte in Duarte, 1971, p. 153, grifo meu).

Para fazer uma breve síntese do DC (já muito bem analisado recentemente por Abdanur, 1992, Sandroni, 1988, Schilling, 1991, Silveira, 1993), dois aspectos não poderão ser omitidos: um, de caráter mais geral, a ambigüidade atenção/controlé, característica das intervenções do Estado na vida privada da população e outro, específico desse DC, a paixão com que ele foi vivido pelos seus organizadores, em particular pelo seu Diretor, Mário de Andrade, como se lê nas palavras de Duarte:

Porque para dirigir uma instituição dessa categoria, difícil de ser compreendida num meio ainda pouco permeável à verdadeira cultura, precisava ser o que Mário de Andrade foi, isto é, um homem que, pela obra, abandonasse tudo. Deixasse de ser artista, deixasse de ser escritor, deixasse de ser jornalista, deixasse de ser professor. Era preciso ser só Departamento de Cultura, tomando-se não como um bico a mais, não como um degrau para arranjos melhor retribuídos, tomando-o como *finalidade* no seu verdadeiro sentido filosófico de causa final. Era preciso apaixonar-se pelo DC, entregar-se inteiramente a ele, num amor de instinto de perpetuação da espécie cultural, capaz de morrer pelo amor, como MA morreu pelo DC (carta de MA para Duarte, in Duarte, 1971, p. 143-144).

O objetivo primeiro do DC foi o de "estimular e desenvolver todas as iniciativas destinadas a favorecer o movimento educacional, artístico e cultural". Tal objetivo foi sustentado pelo artigo constitucional nº 156 e reproduzido nos artigos nº 82 da Constituição Estadual, e nº 59 da Lei Orgânica, que estabelece que os 10% dos impostos têm que ser empregados no desenvolvimento e manutenção dos sistemas educativos. (Como disse orgulhoso Fábio Prado em

entrevista ao Estado de São Paulo, em 1936, *quer melhor sistema educativo do que o Departamento de Cultura?*)

O artigo 2º do mesmo Ato 861 define suas 4 divisões e respectivas secções: 1. Divisão de Expansão Cultural (teatro e cinema, rádio-escola); 2. Divisão de Bibliotecas (incluindo as bibliotecas infantis); 3. Divisão de Educação e de Recreios (parques infantis, campos de atletismo, estádio e piscina, divertimentos públicos); 4. Divisão de Documentação Histórica e Social (documentação histórica, documentação social, incluindo a Revista do Arquivo Municipal-RAM). O ato nº 1146, de 1936, versão definitiva do DC, ainda apresenta uma 5ª Divisão: Turismo e Divertimento Público (que no Ato 861 é uma seção da Divisão de Educação e Recreio), que não chegou a ser implantada, já que sua organização foi prevista no programa de 1938 e com o golpe de 10 de novembro de 37, *como não se tratasse de Divisão afim com os programas de abertura de grandes avenidas, zás! o sr. Prestes Maia, com uma penada, extinguiu!* (Duarte, 1971, p. 107)

A Divisão de Expansão Cultural, do DC, foi atribuída ao próprio MA. Entre outras incumbências, competia a essa divisão promover e estimular iniciativas que favorecessem o movimento cultural e educacional; incentivar o cinema popular educativo, pedagógico ou escolar; colocar ao alcance do público, através de uma estação rádio-difusora, palestras e cursos, tanto universitários como de espírito popular, e tudo que pudesse contribuir para o aperfeiçoamento cultural da população; promover benefícios fiscais aos cinemas que sistematicamente exibissem “fitas” documentárias ou educativas, aos seus produtores nacionais e aos seus distribuidores; beneficiar do mesmo modo os cinemas postos à disposição da municipalidade, uma vez por mês, para a

realização de espetáculos educativos; organizar exposições pedagógicas nos parques infantis e nos estabelecimentos de ensino; oferecer manutenção de um serviço de obras de arte erudita e outro de arte popular, de interesse estritamente folclórico, etc. (Duarte, 1971, p. 62).

Para a Divisão de Bibliotecas, foi nomeado Rubens Borba de Moraes; para a Documentação Histórica e Social, Sergio Milliet e Bruno Rudolfer; para a Educação e Recreio, (“o perrepista”) Nicanor Miranda. Entre as tantas atividades desenvolvidas pelo DC, Paulo Duarte, apaixonado, destacou:

Levantamentos demográficos, feitos cientificamente; restauração de documentos quase perdidos; museu da palavra; pesquisas folclóricas; congresso da língua nacional cantada; e coro madrigalista já organizado; setor de iconografia; um verdadeiro tesouro de publicações, um grande prédio para a biblioteca, participação na exposição de Paris, em 1937; preparativos para o grande Instituto Brasileiro de Cultura, que seria a etapa final e natural do DC; o diabo, enfim (Duarte, 1971, p. 53).

Fábio Prado, casado com a Condessa Crespi, do Conificio Crespi, era um empresário paulista moderno e muito bem sucedido. Ocupou o cargo de prefeito e garantiu o trabalho daqueles intelectuais audaciosos e idealistas. Talvez não seja muito difícil perceber as contradições e ambigüidades das classes dirigentes em São Paulo (como já comentara Bastide, 1971), depois da perda da liderança política em 32, quando os próprios objetivos educativos e culturais do DC faziam parte do projeto do Partido Democrático (PD) no poder. Fábio Prado, considerado pelos historiadores como “dissidente da oligarquia paulista”, fundou, em 1926, o Partido Democrático em S.P., em oposição ao Partido Republicano Paulista (PRP), apesar de compartilhar dos

mesmos princípios liberais. Seu objetivo era o de conquistar o poder com um “projeto alternativo de dominação social” (Prado, 1986, apud Abdanur, 1992).

Apesar de objetivos díspares, o ponto em comum entre a burguesia “ilustrada” paulista e os modernistas era a questão cultural e a questão nacional.

Afinal, a questão cultural para o prefeito, era o “alternativo” do “projeto alternativo de dominação social” do PD, que colocaria sua gestão em evidência, fazendo de São Paulo o carro-chefe do Brasil moderno. De fato, o DC teve a maior importância no interior do programa geral da Prefeitura.

Neste momento, educação e cultura voltaram a ser os alvos principais de sua atuação. A preocupação com a educação do “povo” cedeu lugar, nos anos trinta, a um propósito de fortalecimento do governo de S.P. através de instituições culturais que auxiliassem diretamente neste processo. S.P. deveria readquirir sua capacidade de governar, de controlar os conflitos sociais, de neutralizar os inimigos, de criar riquezas, para voltar ao comando do país.

A Escola Livre de Sociologia e Política, a Universidade de São Paulo e o Departamento de Cultura dividiram entre si as funções atribuídas à educação e à cultura pelos “ilustrados”. À Escola coube a formação de profissionais especializados para o serviço público. À Universidade coube a formação da elite intelectual, orientadora das elites políticas e responsável pelas diretrizes do sistema educacional. Ao DC coube promover o aprimoramento cultural do “povo” (Abdanur, 1992, pg. 157).

O DC foi uma aliança entre os modernistas e a burguesia “ilustrada”, promovida por Paulo Duarte. Através de um órgão público, concretizou-se a proposta de desenvolvimento de uma cultura nacional, objetivo explícito dos modernistas, e diversamente entendido pelos “ilustrados” que buscavam primeiramente a projeção nacional e a recuperação da liderança política, através da experiência paulista na área cultural.

Nessa forma de conceber a cultura, estava embutida a educação, enquanto formação das consciências, tão ao gosto do liberalismo e, sem dúvida nenhuma, completamente diferente da concepção de cultura dos modernistas. Como disse Duarte: o DC é uma *organização brasileira de estudo de coisas brasileiras*. Portanto, trata-se de um projeto de mão-dupla, onde quem propõe e quem é alvo da proposta aprende, transforma-se e cresce, já que ambos produzem e adquirem cultura, apesar de ocuparem espaços distintos na teia social.

Porém, se as academias e diferentes escolas nos ensinam a fazer a nossa vida, política, social, cientificamente, etc., pode-se dizer que o Departamento de Cultura e Recreação nos ensina a viver. Se as suas possibilidades forem bem desenvolvidas, o homem paulistano, desde a infância à velhice estará dotado dum guia seguro que lhe fará viver com gosto, e aproveitar mais elevadamente as horas de lazer (MA *Novo e Fecundo*, apud Schilling, 1991, p. 177).

Portanto, fica claro que a concepção de cultura dos “ilustrados” e dos modernistas é diferente. Aliaram-se para concretizar seus objetivos, através da política cultural do município. Enquanto os primeiros tinham uma preocupação estratégica com a cultura, para atender objetivos próprios, englobando para isso toda a população e, conseqüentemente também contemplando alguns objetivos dela, para estes últimos, o DC objetivava a “elevação cultural” de todos os paulistanos e, portanto, era

não apenas a rotinização da cultura, mas a tentativa consciente de arrancá-la dos grupos privilegiados para transformá-la em fator de humanização da maioria através de instituições planejadas (...) a tentativa de MA e Paulo Duarte para fazer da arte e do saber um bem comum; para incorporar as conquistas do Modernismo à tradição que ele veio atualizar e fecundar; para extrair dos grandes ideais do decênio de 1920 as conseqüências no terreno da educação e da

pesquisa. E até hoje, na cidade de SP, a cultura assim concebida não encontrou manifestações semelhantes: o que existe é ruína ou desenvolvimento do que então se fez (Antonio Candido in Duarte, 1971, p. XIV, XV).

Mário de Andrade, entusiasmado com a nova São Paulo que o DC estava constituindo, termina seu discurso comemorativo do dia da fundação da cidade, 25 de janeiro de 1935, irradiado na Hora do Brasil, mostrando a importância da mesma para o país, através do trabalho integrado (SP-Brasil, infância-classe operária-população paulistana, educação-cultura, passado-futuro, popular-erudito, tradição-ciência) proporcionado pelo DC:

... Não há mais sapo. Nos jardins encontrareis recintos fechados com instrutoras, dentistas, educadoras sanitárias dentro. São os parques infantis onde as crianças proletárias se socializam aprendendo nos brinquedos o cooperativismo e a consciência do homem social. Montado no Anhangabaú vereis um teatro luxuoso que vivia fechado. Mas agora o edifício vibra de vida o dia inteiro. São corais, orquestras, trios, quartetos, são escultores no porão e cenógrafos do sótão enorme. As tradições ressurgem e os costumes do passado. São crianças tartamudeando em torno dum Nau Catarineta de vime, as melodias que seus pais esqueceram, e nos vieram de novo da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará. Mais além uma Discoteca ensaia suas primeiras gravações verdadeiramente científicas do nosso canto popular, funda seu gabinete de fonética experimental, enquanto à sombra dos arquivos uma atividade renovada restaura, traduz, publica manuscritos preciosos. Feito um polvo, as pesquisas sociais tudo abarcam com uma audácia incomparável que permitirá muito breve à cidade conhecer-se em todas as suas condições, tendências e defeitos. Doutro lado uma biblioteca brasileira se especializa, na pretensão ambiciosa de tudo saber sobre o Brasil, enquanto as bibliotecas circulantes, as bibliotecas populares dão o rebote da leitura, levando o livro à casa dos homens sem vontade ou experiência, solicitando a colaboração do povo em jornais murais, dando a pena, a tinta, o conselheiro a quem queira escrever. Aqui uma

Rádio-Escola se funda, além uma biblioteca infantil, mais distante um teatro dramático, e os campos de atletismo e as piscinas públicas... (MA<sup>2</sup>, 1935).

A infância e a classe operária são explicitamente o alvo do PI, primeira experiência do DC colocada em prática, cujo projeto como um todo foi preparado por Paulo Duarte que, antes de apresentar ao Prefeito e ao Governador, para a sua aprovação, enviou-o para várias pessoas. No entanto, Fernando de Azevedo foi o que mais e melhor contribuiu. Ele, intelectual de destaque na época, e pensador da cultura brasileira, já desde os anos 20 atuava na área da Educação e até já havia pensado em uma instituição pública para as crianças em idade pré-escolar. Essa intenção foi posteriormente explicitada no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932.

Vale lembrar que o Ministério da Educação foi criado nos anos 30, produto das discussões sobre a vida nacional e uma unidade cultural, e das conseqüentes reformas de ensino desenvolvidas nos anos 20 sob o ideário escolanovista. Este talvez seja um momento privilegiado da história da educação brasileira, onde educação e cultura estando de tal forma integradas, permitiu que todas as crianças (inclusive as pequenas, em idade pré-escolar) que estavam fora da escola não fossem esquecidas, assim como foram alvo de grande interesse.

Embora o PI do DC apresente determinadas especificidades, todos os parques infantis nesta época são uma prova do grande interesse em relação à infância e à sua educação extra-escolar. Os PIs não eram escola, nem pré-escola, como as já existentes. Tratava-se de um projeto tanto para alunos da escola que o freqüentavam em período alternado, como para aqueles em idade pré-escolar que o freqüentavam o dia todo.

Os elogios feitos por alguns visitantes (e publicados na *Revista do Arquivo Municipal - RAM*<sup>3</sup>), demonstram que os PIs do DC de São Paulo eram diferentes dos outros existentes, principalmente com relação às realizações artísticas lá desenvolvidas.

Apesar do meu objetivo ser o de estudar o PI como um dos espaços públicos brasileiros de educação pioneiro para as crianças de 3 a 7 anos, na verdade, ele não se destinava apenas para esta faixa etária. Mesmo sendo a primeira iniciativa educacional-municipal-pública-paulistana para essas crianças, ele contemplava também as crianças de 7 a 12 anos, com as mesmas atividades educacionais, não-escolares, centradas nos jogos e brincadeiras e no folclore brasileiro, o que tanto impressionava a todos. (Posteriormente, em 1937, também foi criado o Clube de Menores Operários, para meninos trabalhadores de 12 a 21 anos, que ocupavam, no período noturno, as instalações do PI).

Vale a pena ler com atenção os considerandos<sup>4</sup> do Ato 767 (anterior ao Ato 861, que criou o Serviço Municipal de Jogos e de Recreio para Crianças), e notar que apesar do termo "educação" referir-se explicitamente à saúde e à higiene, o termo "jogo" traz seu caráter lúdico, cultural e educativo (*como um dos construtores essenciais da vida social*).

Este discurso pode ser interpretado de várias maneiras. Uma delas permite uma análise exclusivamente do caráter disciplinador do tempo livre<sup>5</sup>; uma outra analisa o PI enquanto uma conquista do espaço público para o tempo livre das crianças e dos operários, numa sociedade que se industrializa e que, portanto, reorganiza seus espaços públicos. Foi por esta que optei, sem deixar de levar em conta a ambigüidade das propostas governamentais que pretendem atender ao mesmo tempo interesses dos grupos mais variados, e sem deixar de lado que o

Estado capitalista controla a vida privada da população.

As atividades desenvolvidas no PI garantiam um trabalho integrado em vários níveis: a criança, o jogo, a cultura, a educação e a saúde estavam ali sempre juntos, e o PI, por sua vez, estava harmonicamente integrado ao DC (aos campos de atletismo, divertimentos públicos, bibliotecas, documentação social, etc.), ao Departamento de Higiene e à Divisão de Saúde, e que além disso, fazia parte da política de urbanização da cidade desenvolvida com um *plano de conjunto* pelo Prefeito Fábio Prado (art. 41, 43 do Ato 861. DC, 1936). Atendendo às exigências da Constituição, quanto ao papel do município em relação aos projetos educativos, e entendendo que *o problema da recreação se funda na sociologia e no urbanismo* (Miranda, 1938, p. 4), a gestão de Fábio Prado caracterizou-se por ter feito uma completa reforma administrativa na prefeitura, quando reduziu a seis os departamentos ligados ao seu gabinete, podendo dessa forma coordenar melhor seu plano, seja de melhoramentos urbanos, seja no campo social onde, ao lado das atividades desenvolvidas pelo DC, criou vários programas e leis (RAM, p. 262, 1936a).

Apesar do PI ocupar, ao longo dos três anos da gestão de MA, boa parte do seu tempo com a assistência médica, alimentar e odontológica das crianças, entre os 9 itens do Ato 861 sobre a competência do instrutor (art. 49) apenas *um* (49a) refere-se à saúde da criança, integrada à Educação Física (*quando do interesse da criança* art. 49g), aos jogos e brinquedos, às atividades lúdicas e recreativas (art. 41, 45c, i, j, além de 49b, c, d, e, f). Conforme foi-se conhecendo a realidade social do bairro através da observação e da experiência no PI (art. 48: *ao administrador compete: e) colaborar com o chefe do serviço, na execução de tudo*

*quanto se refira aos fins sociais da organização, propondo-lhe medidas e iniciativas oriundas da observação e da experiência adquirida nos parques...);* e foi-se conhecendo também a criança das famílias operárias e constatando suas carências através da pesquisa (art. 45, h); o PI passou a dar uma maior atenção à saúde, à higiene e à alimentação dos seus usuários, porém, sem descuidar dos outros aspectos educativos.

Dessa forma, o Ato 1146, de 4/7/1936 (DC, 1936), divide em duas as funções da instrutora, separando as funções ligadas à saúde das outras funções educativas relacionadas ao folclore, aos jogos e às brincadeiras. Essas, continuaram com as instrutoras e as outras passaram a ser da responsabilidade da educadora sanitária, cargo inexistente no ato de 1935.

Os primeiros instrutores foram nomeados por um ano, para depois serem efetivados através de aprovação em concurso de provas e títulos (parágrafo 3º, art. 49). As exigências para o cargo revelam a preocupação com a qualidade da educação esperada:

serão nomeados para esses cargos professores diplomados por Escola Normal do Estado, que tenham feito curso de educadores sanitários no Instituto de Higiene de São Paulo ou de Educação Física Infantil no Departamento de Educação Física do Estado ou de especialização pré-primária no Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (parágrafo 1º, art. 49, DC, 1936).

Podemos observar as exigências em relação ao educador requerido para trabalhar no PI: o programa do concurso para instrutora é completamente diferente do programa para o concurso de educadora sanitária. (RAM, 1936b). Vejamos os artigos do ato 767 que dispõe sobre o brincar enquanto função da instrutora:

c) orientar as atividades recreativas das crianças e velar sobre elas *sem lhes perturbar ou ameaçar a liberdade e espontaneidade* nos jogos que forem admitidos.

d) *ensinar* a prática de jogos infantis, *participando com as crianças nas atividades lúdicas* ou recreativas (Ato 767, art. 9º, grifo meu).

De 1935 a 1938, muitas pesquisas sobre a criança, o operariado, a cultura popular, as tradições e o folclore brasileiro foram realizadas, e muitas delas publicadas na RAM, atendendo às exigências do artigo 45f, que estabelece: "A Revista do Arquivo Municipal de São Paulo passará a ser órgão do Departamento de Cultura e recreação, para o que sofrerá as necessárias transformações."

Destaco a pesquisa "Ascendência das crianças registradas nos Parques Infantis de S.P.", realizada por Samuel Lowrie (1937), que apresenta várias características dos três primeiros PIs (D. Pedro, Lapa e Ipiranga) tais como: composição social de cada bairro, números de filhos por família, renda do pai e da mãe, idade e sexo das crianças, tudo sempre cruzado com a nacionalidade dos pais e avós. Aqui podemos conhecer as crianças em idade pré-escolar: 104 pequenos usuários de 0 a 3 anos, e 345 de 4 a 6 anos, totalizando, portanto, quase 30% dos 1624 freqüentadores dos PIs. Um estudo preliminar desta mesma pesquisa (cf. Lowrie, 1937), porém analisando apenas o PI Dom Pedro II, mostra que esse era freqüentado por 12 meninos e 12 meninas de 0 a 3 anos; e 54 meninos e 39 meninas de 4 a 6 anos, portanto, um pouco mais de 25% de suas 440 crianças.

A atenção à nacionalidade das crianças está relacionada às preocupações de um projeto cultural-educativo, principalmente neste DC que pretende resgatar (e/ou construir) a identidade cultural brasileira. Para MA, a criança é portadora de tradições

culturais, por isso é fundamental conhecer a nacionalidade de suas famílias como mais um indicador dos elementos constitutivos da cultura brasileira. Pode-se verificar entre as responsabilidades das instrutoras (seja nos atos legislativos, seja no regimento interno dos PIs, que detalham os primeiros), a insistência com que essa questão aparece, seja para conhecer os hábitos culturais das crianças, seja para ensiná-las os costumes nacionais.

A preocupação com os jogos brasileiros e universais fazem parte do próprio Ato de criação do PI: e) propagar a prática de brincquedos e jogos nacionais, cuja tradição as crianças já perderam ou tendem, dia-a-dia a perder; f) promover prática de todos os jogos que, pela experiência universal, forem dignos de serem incorporados ao patrimônio dos inspirados nas tradições locais e nacionais. (Ato 861, art. 49)

Os jogos e brincquedos tradicionais não aparecem apenas no referido ato, mas também encontra-se o mesmo tipo de objetivo valorizando a cultura infantil e a cultura popular nos artigos referentes à Biblioteca e especificamente no capítulo III (dos divertimentos públicos) do mesmo Título IV (Da Divisão de Educação e Recreio) do ato 861.

O artigo 45i (Ato 861), deixa claro o conceito de criança como portadora de cultura e o PI como local para conhecê-la, responsável pela divulgação desse conhecimento (através da RAM):

promover, com a colaboração do corpo docente das instituições escolares municipais, estaduais e particulares, um inquérito permanente de pesquisas "folklóricas", e, mais geralmente, etnológicas, entre a população escolar, recolhendo assim as tradições de costumes, superstições, adivinhas, parlendas, histórias, canções, brincquedos, etc., sendo os resultados desses inquéritos devidamente selecionados, organizados e catalogados em seções distintas, e publica-

dos na Revista do Departamento (Ato 861, art. 45i).

Chamo a atenção para essa forma de educar a criança com base na cultura e não na pedagogia tradicional em voga, adotada pela escola, que era criticada pelo DC e por MA (MA, 1941 in MAC-IEB, 1988 e MA setembro de 1937 in Duarte, 1971, p. 153). No entanto, criticar a escola, não significa privar as crianças de outras formas de educação. No PI estavam integradas cultura-educação-saúde para crianças pequenas, e, portanto, ele não deve ser entendido como um programa apenas assistencial, só porque não era escolar.

O tríplice objetivo do PI - assistir, educar e recrear - na linha do projeto da Escola Nova, juntando Cultura, Educação e Saúde nos programas para as crianças em idade pré-escolar, ainda precisa ser melhor analisado, enquanto proposta integrada de educação infantil. Além do mais, com a ênfase dada no PI para a cultura infantil, onde a família e as mães não eram excluídas - embora não se tratasse de um programa para a mulher-mãe-trabalhadora, como tantos outros programas filantrópicos existentes na época (Kishimoto, 1988) - fica ainda mais claro que educação não-escolar não é necessariamente sinônimo de Assistência, devendo, no caso da pequena infância, estarem integrados Cuidado e Educação. O olhar voltado predominantemente para a criança (e não para a mãe e para a família, embora essas, de alguma forma, fizessem parte do programa), contribuiu para a construção de um projeto cultural-educativo, onde não estavam antagonizadas Assistência e Educação. Isso foi realizado nos Pis.

As legendas das 288 fotos dos PIs, feitas por Benedito Junqueira Duarte entre os anos de 1935 e 1938, podem ser um outro bom exemplo das atividades físicas, artísticas,



culturais lá desenvolvidas, demonstrando como esses parques infantis eram diferentes dos demais (o que legitima os elogios recebidos):

teatrinho; desenho; marcenaria; jardinagem; modelagem; trabalhos manuais (bordados, tapeçaria); exposição do trabalho das crianças; valsa; dança indígena; recorte de gravuras; bailado da Nau Catarineta; leitura; biblioteca; prateleira de livros; reunião da diretoria do clube; eleição - votação e eleição - votantes; aparelhos; carrossel; joguinho - apanhar o lenço; joguinho - corrida com batatas; joguinho - o pulo do canguru; voley-ball; balanço; passo de gigante; escorregadouro; jogo de construção; gangorra; pingue-pongue; tanque de areia; jogos tranqüilos; jogo de damas e jogo de dominós; fila indiana; preparativos para a ginástica; ginásticas com bastões; corrida; ginástica em roda; rumo ao sol e banho de sol (setor de Iconografia do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura da PMSB, apud Abdanur, 1992).

Além de tudo isso, MA ainda estava particularmente interessado com a arte na infância (ver o artigo 45j do Ato 861 reportando-se à questão estética), já que para ele

arte não se resume a altares raros de criadores genialíssimos. Não o foi no Egito, não o foi na Idade Média, não o foi na Índia nem no Islam. Talvez não o seja, para maior felicidade nossa, na Idade Novíssima que se anuncia. A arte é muito mais larga, humana e generosa dos que a idolatria dos gênios incondicionais. Ela é principalmente comum (MA, 1940 apud Toni, 1985).

Com essa concepção de arte, as crianças e o operariado também “podem” fazer arte. O DC realizou vários concursos, entre eles, além do concurso de arte proletária, realizou também o concurso dos desenhos infantis, em 1937, que serviu para MA aprofundar teoricamente o assunto. “Desenhos são para a gente folhear, são para serem lidos que nem poesias, são haicais,

são rubaes, são quadrinhas e sonetos” (MA, 1975, p. 71-77).

Além disso, o desenho infantil, para Mário, é uma espécie de jogo. Mais um exemplo de suas avançadas “idéias educacionais”: a provisoriade do desenho enquanto jogo, que portanto, leva ao imprevisto. Diz ele:

A atividade desenhista da criança preescolar e não orientada - além de não possuir os caracteres técnicos, estilísticos, estéticos, inerentes à arte, como já foi dito em lições anteriores é um aprendizado (jogo) interessado, tanto como brincar de família ou de condutor de ônibus (...) atividade desenhista da criança preescolar não é ainda manifestação artística, isto não é negar-lhe sensibilidade estética (MA, 1966 grifo meu).

Em quase todas as atividades artísticas e culturais desenvolvidas pelo DC e pelo próprio MA, as crianças dos PIs estavam envolvidas. É o caso, por exemplo, do material recolhido por Mário na sua viagem realizada à Amazônia, que permitiu a 300 crianças do PI D. Pedro II dramatizarem “Seis lendas amazônicas” (evento devidamente documentado em fotos e texto. DC, 1941). MA também fez um levantamento bibliográfico sobre a festa de São João, a pedido de Dona Nini (carta a D. Nini, 1/6/40, apud Duarte, 1971, p. 188)

Também, por ocasião do I Congresso de Língua Nacional Cantada, que tinha o objetivo de estabelecer as normas da pronúncia do canto, realizado no Teatro Municipal, em 1937, por iniciativa do DC, o PI participou de duas maneiras: apresentando seu estudo sobre a formação e articulação da palavra (Miranda e Reis, “Vícios e defeitos na fala das crianças dos parques infantis de São Paulo”, 1937), e as crianças representando o bailado tradicional popular “A Nau Catarineta” (MA, 1941) ou “Marujada” (DC, 1939).

Entusiasmado com a participação das crianças na construção da cultura brasileira, MA disse:

E se cuidamos todos na atualidade de abraçar o Brasil e torná-lo uma entidade realmente unida, talvez não haja no país região mais afastada da essencialidade nacional que esta região de SP, a mais cruzada de imigrantes de várias proveniências. Nada mais justo que buscarmos as fontes de nossas tradições, onde elas ainda sobrevivam. O ano passado já as crianças italianas, espanholas, russas, húngaras dos Pis, realizaram o baile tradicional da Nau Catarineta, com elementos nordestinos pertencentes ao já importante acervo conseguido pela Discoteca (MA, 1938; apud Sandroni, 1988, p. 127).

O folclore era visto por Mário como fonte da nacionalidade e essência da brasilidade, resgatado nas tradições populares, que permitem a unificação da nação através de um *continuum* entre o popular e o erudito, e uma saída para a modernização do país. Não só o PI, mas todo DC promoveu várias iniciativas que garantiram criação e acesso à cultura, independente de faixa etária. (Diferente dos folcloristas dos anos 50, que pregavam a *inclusão do folclore nos currículos escolares e universitários como forma de inculcar amor às coisas nacionais* (Mello e Souza, 1989, p. 9), portanto, apenas como um conteúdo a ser ensinado.)

Povo, primitivo, criança de alguma forma estão identificados no pensamento de MA, que os vê como *Outro* produtor/possuidor de cultura. O conjunto das diferentes culturas compõe a cultura nacional; concepção diversa de outros folcloristas que querem a transformação destes *Outros* em "cidadãos brasileiros" (como se fossem duas coisas distintas: os primeiros deixam de ser o que são para tornarem-se brasileiros...). O DC e o PI pretendiam interessar a criança e o povo pela tradição popular, além de pô-los em contato com

outras manifestações artísticas, aquelas das elites (ditas "cultas"), as que geralmente eles não têm acesso (e quando têm, muitas vezes é apenas como forma de domesticação), objetivando, portanto, uma troca beneficiando a todos. Isto fica claro na citação apresentada acima, quando respeitando a cultura das crianças de famílias estrangeiras, MA acrescenta-lhes as tradições brasileiras.

Concluo citando a "apresentação" da documentação fotográfica produzida em 1937 pela Divisão de Educação e Recreio do DC, com o intuito de mostrar como a Administração concebia os Parques Infantis, sabendo valorizá-los enquanto iniciativa inovadora, primeira iniciativa educacional-municipal-pública-paulistana, para as crianças de família operária, que estava inaugurando a rede de Educação Infantil da cidade de São Paulo, embasada na cultura, nos cuidados e na educação.

Os Pis de São Paulo, em número de três, estão localizados em bairros operários beneficiando, portanto, crianças cujos pais, premidos por uma constante e prolongada ausência, devido a natureza do seu trabalho, não lhes podem dedicar os cuidados que merecem.

A educação física, os jogos, a música, o canto, o bailado, a biblioteca e os festivais resumem as atividades mais comuns no programa da recreação.

A assistência médica, a distribuição do copo de leite (140 litros diários) e de frutas têm trazido real proveito aos pequenos anêmicos e desnutridos.

Os serviços de assistência, educação e recreação vêm produzindo, assim, os resultados previstos. A frequência aumenta de ano para ano, sendo que, em 1936, os três Parques acusaram entradas num total de 782.294.

O DC está cuidando da construção de Pis em todos os bairros da cidade. Dess'arte, as crianças paulistanas terão logradouro público nos quais, pelos mais modernos princípios da recreação se visará a formação da sociedade de amanhã, baseada no fortalecimento constante da consciência nacional e dos ideais da solidariedade humana (DC, 1937).

## Notas

1. Este trabalho foi apresentado no II Congresso Ibero-Americano de História da Educação Latino-Americana (Unicamp, 11 a 15 de setembro de 1994) e foi extraído de minha tese de doutoramento, orientada pela Professora Dra. Tizuko Kishimoto, defendida na FEUSP em março de 1994, intitulada *Direito à Infância: Mário de Andrade e os parques infantis para as crianças de família operária da cidade de São Paulo (1935-1938)*.
2. Quando a referência bibliográfica for MA, trata-se de Mário de Andrade, portanto, procurar *Andrade* na bibliografia; e quando for DC, procurar *Departamento de Cultura*.
3. Os jornaizinhos feitos pelas crianças são muito interessantes e demonstram não apenas as habilidades artísticas infantis, mas também a eficiência dos organizadores que tornaram possíveis tais realizações literárias e artísticas no Parque Infantil. Estes simples trabalhos demonstram muita imaginação e uma considerável capacidade criadora. Eles não constituem somente uma forma sadia de recreação, mas desenvolvem também uma apreciação artística e literária que a muitas crianças trará alegria no decorrer dos anos futuros. (Joseph Lee, presidente da "National Recreation Association", *RAM*, 1937b, p. 221).  
...imenso valor educativo, que tais criações estão dando à infância de São Paulo. Possa tal obra propagar-se a todo Brasil, tão necessitado. (Professor Afrânio Peixoto, *RAM*, 1937b, p. 220. Um ano antes, o mesmo professor já havia feito muitos elogios ao DC, publicados pela *RAM* n. 24 de 1936a, quando disse: mas o meu entusiasmo reservo-o aos parques infantis... p. 264).  
...justamente aquilo que eu sonhara há tanto tempo, para as nossas crianças do Rio. Contudo, é um consolo ter visto o excelente início daquilo que será em breves anos, um programa de recreação do qual o Brasil pode, com razão, sentir-se orgulhoso. (Lois M. Williams, superintendente de Educação Física, Recreação e Jogos de Departamento de Educação do Rio de Janeiro e ex-diretora do Serviço de Playgrounds de São Francisco, EUA, *RAM*, 1937b, p. 221).  
...uma obra sem similar na América do Sul. (...) Não são os parques de ginástica de Buenos Aires, muito menos os "rincones" de Montevideo. (...) *Entre esse serviço e o escolar, nenhum traço de conexão. São duas coisas inteiramente independentes.* O parque está, assim, aberto para qualquer

criança que lhe queira transpor as portas acolhedoras. (...) Num amplo salão, realizam-se de vez em quando, ligeiras sessões artísticas em que se toca, se dança, se representa... A um canto, vejo uma Nau Catarineta em miniatura; já serviu a um bailado infantil... Perto, um sapateador expõe a dois ou três guris os segredos de sua arte... (...) *Há guris de 4 anos, meninos de oito anos, meninas de dez anos, com "maillots" próprios da idade... Uma algazarra infernal.* (Dr. Waldemar de Oliveira, ex-chefe da Higiene Escolar de Recife, escritor e jornalista de "Jornal do Comércio" daquela cidade, *RAM*, 1937a, p. 272-273, grifos meus).

4. Considerando que as forças morais e espirituais de uma Nação dependem, em parte, da maneira pela qual são aproveitadas pelos cidadãos, as suas horas de descanso, e que é por isso necessário despertar nas novas gerações, o gosto e criar o hábito de empregar seus lazeres em atividades saudáveis de grande alcance moral e higiênico;

considerando que as *atividades lúdicas* exercem uma função importante no processo educativo e social, podendo considerar-se os *grupos de jogos como um dos construtores essenciais da vida social*, e a fonte dos primeiros ideais e impulsos sociais, como a solidariedade, a comunicabilidade, a cooperação;

considerando que as praças de jogos para crianças, organizadas como meios de preservação social e educação sanitária tem contribuído eficazmente, em toda a parte, para a educação higiênica e social das crianças, proporcionando-lhes oportunidades e meios de recreação ao ar livre estreitando o convívio de crianças de todas as classes sociais;

considerando que os parques de recreio e de jogos inspirados nesse ideal de promover o bem-estar da infância que se desenvolve freqüentemente em más condições higiênicas e morais, constituem, sobretudo em bairros pobres, um meio poderoso de derivar as crianças de focos de maus hábitos, vícios e criminalidade para ambientes saudáveis e atraentes, reservados aos seus divertimentos e exercícios, sob o controle dos poderes públicos;

considerando que nas cidades industriais como São Paulo, em pleno crescimento a densidade da população, a valorização crescente dos terrenos, o movimento cada vez mais intenso nas vias públicas e as construções de casas de apartamentos e de habitações coletivas concorrem para limitar cada vez mais, senão para subtrair às crianças *espaços ao ar livre, pátios, terreiros e jardins de que necessitam para seus jogos, exercícios e divertimentos;*

considerando o disposto na Constituição Federal, em seus artigos 149 e 156, sobre a proteção das municipalidades ao desenvolvimento da cultura em geral e a manutenção e ao desenvolvimento dos sistemas educativos. (DC, 1936, grifos meus)

5. Nesta perspectiva destaco o trabalho de Guzzo de Decca, *A vida fora das fábricas*, Paz e Terra, 1987.

## Referências Bibliográficas

- Abdanur, E. F. (1992). *Os 'ilustrados' e a política cultural em São Paulo: O Departamento de Cultura na gestão de Mário de Andrade 1935-1938*. Tese de mestrado. IFCH, Unicamp.
- Andrade, M. de. (1935). Dia de São Paulo. *RAM*: vol. 18, 271-274.
- Andrade, M. de. (1941). A Nau Catarineta. *RAM*: vol. 73, 61-76.
- Andrade, M. de. (1966). 6ª aula: O primitivo - a criança. In: Centro de Estudos Brasileiros. G. Fau. *Depoimentos - 2*, 67-76.
- Andrade, M. de. (1975). Do desenho. In Centro de Estudos Brasileiros. G. Fau, *Aspectos das Artes Plásticas no Brasil*. SP: Livraria Martins Ed., 71-77.
- Bastide, R. (1974). *Brasil terra de contrastes*. SP: Difusão européia do livro.
- Departamento de Cultura, Divisão de educação e recreio. (1936). *Legislação dos Parques Infantis*.
- Departamento de Cultura, Divisão de educação e recreio. (1937). *Parques Infantis* (documentação fotográfica).
- Departamento de Cultura, Divisão de educação e recreio. (1939). *A Marujada* (bailado tradicional popular, representado pelas crianças dos parques infantis).
- Departamento de Cultura, Divisão de educação e recreio. (1941). Seis lendas amazônicas.
- Duarte, P. (1971). *Mário de Andrade por ele mesmo*. SP: Edarte.
- Faria, A. L. G. (1994). *Direito à Infância: Mário de Andrade e os parques infantis para as crianças de família operária da cidade de São Paulo (1935-1938)*. Tese de doutorado, FE-USP.
- Guzzo de Decca, M. A. (1988). *A vida fora das fábricas - cotidiano operário em São Paulo: 1920-1940*. SP: Paz e Terra.
- Kishimoto, T. (1988). *A pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)*. SP: Loyola.
- Lowrie, S. (1937). Ascendência das crianças registradas nos parques infantis de São Paulo. *RAM*, SP: nº 41.
- MAC-IEB. (1988). Mário de Andrade e as crianças. *Catálogo da Exposição comemorativa dos 25 anos do Mac e do Ieb*.
- Miranda, N. (1938). Recreação para a criança santista. *RAM*, SP:.
- Miranda, N. e Bueno dos Reis, J. D. (1937). Vícios e defeitos na fala das crianças dos parques infantis de São Paulo. Separata dos *Anais do primeiro congresso da língua nacional cantada*, SP.
- Mello e Souza, M. (1989). Folclore e cultura brasileira: os missionários da nacionalidade. Trabalho apresentado no XIII Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, 23 a 27 de outubro. (mimeo).
- RAM*. (1936a). Noticiário: O Departamento de Cultura. vol. 29, p. 262-266.
- RAM*. (1936b). Noticiário: programa do concurso para instrutora e educadora sanitária. vol. 29, p. 255-260.
- RAM*. (1937a). Noticiário: Parques Infantis, uma opinião nacional. vol. 35, p. 272-277.
- RAM*. (1937b). Noticiário: Como tem repercutido no Brasil e no estrangeiro a obra dos parques infantis. nº 43, p. 220-221.
- Sandroni, C. (1988). *Mário contra Macunaíma*. RJ: Vértice/Luperj.
- Schilling, V. (1991). *A presença do povo na cultura brasileira. Ensaio sobre o pensamento de MA e de Paulo Freire*. Campinas: Unicamp.
- Silveira, S. (1993). *Nas trilhas da brasilidade (MA e o projeto de construção da nação brasileira)*. Dissertação de mestrado. PUC-SP.
- Toni, F. (1985). *A missão de pesquisas folclóricas do DC*. Secretaria Municipal de Cultura.